

Boletim de Conjuntura

Informativo bimestral produzido pela PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

Mais do mesmo

Quando se fala em sistema bancário brasileiro, logo se pensa em juros e spread altos, além é claro da falta de concorrência no setor. O spread nada mais é que o diferencial entre a taxa de juros de tomador e a taxa de juros de prestador. Deixando de lado se os bancos são os vilões da economia ou não, este é um tema que nunca fica ultrapassado, justamente pela dificuldade em conseguir responder efetivamente



o que mantém os spreads altos no Brasil. O fato é que ninguém consegue explicar o que falta para os spreads caírem, já que o Brasil segue numa trajetória de crescimento nas últimas décadas, com estabilização econômica, queda na taxa de juros, aumento do consumo e do crédito à pessoa física.

Um levantamento do Fórum Econômico Mundial, realizado em setembro de 2009, colocou em destaque este assunto. O Brasil aparece como detentor do segundo maior spread da amostra de 130 países, perdendo apenas para o Zimbábue. A média mundial é de 7 pontos percentuais, enquanto o Brasil mantém spread próximo aos 40 pontos percentuais. O Banco Central divulga também os spreads em diversas categorias, sendo que a Fiesp já divulgou o índice de competitividade, no qual leva em consideração, entre outros fatores, o spread.

A Febraban frequentemente critica a metodologia usada em tais levantamentos. Mas deixando de lado qual metodologia é ideal para o cálculo do spread, o importante é fazer com que o debate consiga gerar uma maior transparência nas informações e torná-las públicas. Imaginemos a melhora na concorrência que pode ser obtida se o tomador souber de fato que o crédito que ele está adquirindo no banco A tem um spread menor que no banco B. A divulgação de esse tipo de informação, a exemplo do CET, só tende a trazer melhorias para o sistema.

A inadimplência elevada no Brasil foi, durante muito tempo, o argumento para os spreads elevados. Hoje em dia pode até ser que a inadimplência tenha maior participação na composição do spread – o relatório de 2008 da Febraban colocava uma participação de 35,7% -

CONTATOS

Tel.: (11) 5085-3590 | (21) 9419-8852
E-mail: proteste@proteste.org.br
Site: www.proteste.org.br

EXPEDIENTE:

O Boletim de Conjuntura é uma publicação bimestral da PROTESTE – Associação Brasileira de Consumidores
Jornalista responsável: Airam Lima Jr. (MTb 23629/SP)

mas não explica como países com níveis mais elevados de inadimplência tenham spreads menores. Mesmo quando os níveis caem aqui no Brasil, o spread não é afetado.

Além da inadimplência, também compõem o spread a carga tributária e os custos administrativo, compulsório e de oportunidade. Esse arcabouço ainda é mantido quase em segredo: uma hora o spread é alto porque o percentual de mau pagadores é alto; outra hora é o compulsório que impede que os bancos diminuam o spread; outra hora é que os tributos são perversos demais. Da inadimplência já foi comentado que permanecemos sem entender, afinal mesmo quando os níveis caem, o spread não é sensível o suficiente a essa queda. Os custos administrativos e a carga tributária tendem a ser afetados pelas fusões que temos acompanhado, afinal, um conglomerado busca uma maior eficiência econômica.

Falar de spread no Brasil nos remete a inúmeros outros fatores que formam um círculo vicioso. Um fator que pode explicar a manutenção de elevadas taxas de spread é o poder de monopólio dos bancos, que resulta da pouca concorrência e a conseqüente concentração de ativos entre os maiores bancos. Mais ainda, os bancos tendem a concentrar ativos de prazos mais curtos, pois estes representam riscos menores.

Podemos resumir o setor bancário no Brasil como um setor de spreads elevado e uma relação crédito / PIB baixa. Tal relação hoje é de apenas 45%, muito abaixo da maioria dos países. É fato que os spreads bancários são fatores limitantes na expansão do crédito do setor privado.

Uma realidade do setor é que os bancos não se comportam como se estivessem participando de uma economia estável, e o fator chave de estabilização é a concessão de crédito para a economia se movimentar (e não se trata de crédito de curto prazo para pessoa física). Não vemos, por exemplo, investimentos em energia, transporte, telecomunicações e demais setores que movimentam a economia. O sistema bancário, em especial o privado, não concede crédito de longo prazo – esse papel acaba todo concentrado no BNDES com subsídios do governo. No Brasil, o desenvolvimento está por conta do segmento público, e podemos dizer que o sistema bancário não se desvincula da herança de uma economia instável. Além disso, em um cenário onde os juros são altos, os bancos preferem emprestar a governos por meio de aquisição de títulos públicos a emprestar aos outros setores. Pensar em crescimento econômico deve passar, necessariamente, pela necessidade que os setores têm de financiamento. E cabe aos bancos assumir esse papel.

Ou seja, falar em bancos nos remete aos spreads e à questão da concorrência. Também nos mostra a participação do crédito na economia, o que nos leva a perguntar porque o setor

bancário não assume sua parte na concessão de crédito de longo prazo, em setores que são os responsáveis pelo desenvolvimento de toda a cadeia econômica.

Números da economia

Na primeira semana de julho o FMI divulgou um relatório de Perspectivas da Economia Mundial. A previsão de crescimento do PIB para o Brasil em 2010 foi elevado para 7,1%, frente aos 5,5% estimados em abril. Para 2011, projeta-se um leve aumento, de 4,1% a 4,2%. As expectativas para o PIB mundial também são positivas, mas esse aumento no caso brasileiro chama a atenção. O Banco Central, através do relatório Focus, é mais cauteloso e aposta em um crescimento de 6,6% no ano. De acordo com dados do IBGE, o PIB cresceu 2,9% no primeiro trimestre de 2010 se comparado ao trimestre anterior. Este foi um dado extremamente interessante, pois foi além do previsto. Um item que colaborou bastante foi o consumo das famílias, que permaneceu elevado no primeiro trimestre, além dos dados da indústria, que superaram bastante as expectativas, com uma alta de 4,2% em relação ao trimestre anterior, sendo que os investimentos aumentaram mais de 7% na mesma comparação. A formação bruta de capital fixo (que é como o IBGE denomina o investimento), um dos principais sensores do crescimento econômico, cresceu 26% se comparada ao primeiro trimestre de 2009, maior crescimento já registrado desde 2005. Porém não podemos esperar o mesmo nível para o restante do ano, afinal há setores que já começam a desacelerar como a indústria por exemplo, após o fim o IPI de alguns produtos, o que possibilitou uma redução de seus preços e aumento do consumo

Em princípio o cenário parece extremamente favorável, mas deve ser avaliado com cautela. Falar em crescimento chinês pode empolgar em um primeiro momento, porém é preciso avaliar a sustentabilidade do crescimento que o país persegue. Crescimento deve ocorrer acompanhado de melhorias em setores chave como de energia, transporte e de mão de obra. Não podemos esquecer que a estabilidade de preços é chave nesse conjunto, e logo implica em mexer nos juros para controlar a inflação.

O reaparecimento de quem não deixou saudades

O período pós crise financeira mundial trouxe, de volta preocupações quanto a inflação para países emergentes como Brasil, China e Índia, que resistiram bem à queda de liquidez na economia em virtude da maior vulnerabilidade do sistema financeiro. Para contornar a crise, esses países recorreram a políticas fiscais expansionistas e adotaram alguns instrumentos de

política monetária, como a diminuição dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais junto ao Banco Central. No entanto, a economia se reaquece, estamos desde o início do ano enfrentando pressões inflacionárias, o que leva a preocupação geral, sobretudo do Banco Central.

A inflação registrada no início do ano pode ser atribuída principalmente a fatores sazonais, como mensalidades escolares e tarifas públicas, e também ao aumento do consumo interno. Ao contrário do que ocorreu há dois anos atrás, quando o aumento do nível de preços foi alimentado pelo encarecimento das commodities no cenário internacional, a inflação hoje se deve principalmente ao aquecimento do mercado interno. Os principais consumidores das commodities, Estados Unidos e Europa que representam cerca de 70% da economia mundial, estão vivendo uma recuperação mais lenta e ainda não voltaram com os níveis de consumo pré crise e por esta razão o aumento dos preços não se deve a essa variável.

Com a constatação do aumento do nível de preços e com o diagnóstico feito a respeito das possíveis causas, o governo – diante de uma economia mais ativa – cortou as medidas fiscais expansionistas tomadas anteriormente, assim como diminuiu os estímulos ao aumento da oferta monetária. O Banco Central, por sua vez, definiu a meta da inflação pelo IPCA neste ano em 4,5% e já promoveu dois aumentos sucessivos na Taxa Selic, que subiu 1,5 pontos percentuais (de 8,75% a.a. para 10,25%). Para o Banco Central, a tendência (segundo analistas e suas atas e relatórios de inflação), é de que a Selic aumente ainda mais até o final do ano. Segundo o relatório Focus dessa última semana, a expectativa é de que O IPCA feche o ano em 5,45%, ou seja 0,95 pontos percentuais acima da meta. Embora preocupe, isso não fere os princípios do sistema de metas de inflação do país, que é ficar até dois pontos percentuais acima ou abaixo do centro da meta fixada pelo Banco Central.

Os primeiros efeitos em consequência das medidas tomadas já foram sentidos. Tanto o IPCA quanto o IGP-DI recuaram fortemente em relação aos números de maio e indicaram a possibilidade da inflação apresentar, no segundo semestre, um comportamento menos preocupante. Essa rápida resposta gerou dúvidas se a diminuição desses índices não se trata apenas de “pontos fora do curva”. De qualquer forma, também abriu a possibilidade de uma trajetória mais branda para a Selic neste ano, embora o consenso continua sendo de que a taxa básica de juros fique ainda mais alta até o final do ano.